

**AgRg no AgRg no AgRg nos EDcl no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº  
1198110 - SP (2009/0110022-2)**

**RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO**

**AGRAVANTE : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

**PROCURADORE : RAFAEL AUGUSTO FREIRE FRANCO E OUTRO(S) -  
S SP200273**

**ALESSANDRA OBARA SOARES DA SILVA -  
SP196600**

**AGRAVADO : SANSÃO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA**

**ADVOGADOS : JOSÉ AUGUSTO SUNDFELD SILVA E OUTRO(S) -  
SP043884**

**BRUNO ESPINEIRA LEMOS E OUTRO(S) - DF017918**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 258, § 2º. DO RISTJ. NÃO CABIMENTO DE AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DO RELATOR QUE DÁ PROVIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA DETERMINAR A SUBIDA DO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO REGIMENTAL DA AUTARQUIA ESTADUAL NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

2. Consoante o art. 258, § 2º. do RISTJ - na redação vigente à época dos fatos, anterior à Emenda Regimental 24/2016 -, *não cabe Agravo Regimental da decisão do relator que der provimento a Agravo de Instrumento, para determinar a subida de Recurso não admitido.*

3. Excepcionam-se, apenas, as hipóteses em que se discute vício atinente à formação do próprio Agravo de Instrumento, o que não ocorre na hipótese, pois a parte agravante impugna o Recurso Especial em si. Julgados: AgInt no AgRg no AREsp. 799.958/PI, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 2.5.2017; AgRg nos EDcl no AgRg no Ag. 1.136.417/RS, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 30.4.2015; AgRg no Ag. 1.402.115/RS, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 1º.3.2012.

4. Agravo Regimental da Autarquia Estadual não conhecido.

## ACÓRDÃO

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho  
Relator

